Começo hoje uma série de textos sobre os papas e os imperadores na Idade Média. O artigo que se segue é o primeiro e debruça-se sobre o período que vai da queda do império romano até à aliança entre o Pepino, "o Breve", e o Papado.

O Papado, cargo ocupado pelo papa como chefe da Igreja Católica, inicia a sua estruturação no ocaso do Império Romano do Ocidente, sendo comumente aceite que os primeiro papas eram eleitos pela população local e por membros do clero. Uma vez que as eleições nem sempre eram pacíficas e frequentemente requeriam a intervenção imperial, os imperadores assumiram o controlo das eleições.

Depois da queda do império romano, em 476, a autoridade papal fica dividida entre o Oriente (Constantinopla), e Ocidente (Roma), representada pelo seu Bispo, porém, sob o controlo do imperador romano, a oriente. O seu envolvimento nos assuntos papais a ocidente foi gradualmente substituído pelo dos governantes germânicos e pelo das principais famílias romanas.

Os antigos territórios do império romano atravessaram um período marcado por instabilidade política durante a Alta Idade Média (séc. V – IX), colocando a segurança dos papas em causa, e forçando-os a fazer concessões a monarcas e imperadores a troco de protecção.

O controlo de Bizâncio sobre a Itália, colocava em causa a independência e os interesses do ocidente, levando a que o papado apelasse aos governantes a Norte, os da Germânia, por auxílio, e em troca servia-lhes de símbolo de glória imperial. Porém, a seu tempo, a dependência criada da protecção destes autoridades temporais, levou a que também elas constituíssem uma ameaça à autonomia dos papas.

O papa Gregório I (590–604), é considerado o primeiro dos papas medievais. Enfrentou

pragas, fome e ameaças dos bizantinos e dos lombardos (um povo germânico que invadiu Itália no século VI). Gregório acreditava fazer parte de uma comunidade cristã liderada pelo imperador bizantino, todavia voltou a atenção do papado para os povos germânicos que sucederam aos romanos como governantes do Império Ocidental, libertando o acesso do Ocidente ao papado.

O reinado de Gregório destacou-se por impedir o avanço da Lombardia e converter os invasores do cristianismo ariano para o cristianismo católico, pela sua reorganização das vastas propriedades do papado e pela sua contribuição para o desenvolvimento da espiritualidade medieval. Do seu legado intelectual e espiritual salienta-se a obra *Moralia em Jó*, e o processo de evangelização empreendido por ele em Inglaterra. Foi ainda responsável por afirmar e reforçar o argumento do papa Leão I, em como o papado herdou a plenitude do seu poder do apóstolo Pedro, o mais relevante de todos os apóstolos de acordo com a Igreja Católica. Contudo, apesar da crescente afirmação do poder do papado, a sua situação permaneceu incerta, quer quando o império bizantino se retirou da Itália, quer com a permanente ameaça dos lombardos a Roma.

A situação piorou no século VIII, quando Leão III, restaurou a fortuna bizantina ao reverter um ataque árabe do leste. Leão reorganizou o império, impôs novos encargos tributários aos seus súbditos italianos, interveio em questões doutrinárias, pronunciando, sem aprovação papal, uma política de iconoclasmo. É neste contexto de novas políticas fiscais e religiosas imperiais, e de apoio limitado contra os lombardos que levaram o papado a procurar um novo protector.

Em 739, o papa Gregório III (731-741) apelou a Charles Martel, o *maior domus* franco do palácio austrasiano. Este cargo correspondia ao poder político efetivo no reino dos francos. Esta súplica não obteve resposta, porém, quando os lombardos ameaçaram Roma novamente, o papa Estêvão II (ou III; 752–757) fugiu para o reino franco e emitiu nova solicitação a Pepino, “o Breve”, filho de Charles Martel, que em 751 se tornara o primeiro rei

carolíngio dos francos, através de um golpe de estado. Desta vez, o pedido fora aceite.

Assim, em 754, o papa Estevão coroou e unguiu formalmente Pepino, levando o rei a dirigir-se para sul com as suas tropas para restaurar a autoridade papal na Itália central. A unção era um acto reservado apenas a sacerdotes, e a sua aplicação a Pepino demonstrou o apoio do papado ao seu governo. Esta é a primeira investidura como soberano por um pontífice.

O rei também emitiu a Doação de Pepino (756), onde doa todos os seus territórios ao papado, caso que terá, provavelmente, inspirado a elaboração do documento Doação de Constantino, onde se afirmava que o primeiro imperador cristão, Constantino, concedera o controle do Império Ocidental ao papa Silvestre I. Esta aliança estabelecida entre Pepino permitiu ao papado soerguer-se, contudo, integrado e dependente dos interesses das monarquias.

NICHOLAS, D. (1999). Governo e política: imperadores e papas. In *A Evolução do Mundo Medieval. Sociedade, governo e pensamento na Europa: 312-1500*. Lisboa, Publicações Europa-América.